

REVISÃO CURRICULAR DO SECUNDÁRIO

Neste espaço damos conta da posição da SPQ e de alguns dos seus associados, acerca da proposta de reforma curricular do ensino secundário. Aderiram cerca de uma centena de Departamentos e Grupos de Escolas, e várias centenas de professores a título individual à posição manifestada pela SPQ. Por outro lado, foi pedido ao Ministério da Educação um artigo onde os autores da proposta justificassem a opção feita. Em resposta, a assessora de imprensa, a quem havíamos solicitado a contribuição, res-

pondeu-nos que a comissão estava em fase de incorporar todas as contribuições e que só depois de todo esse trabalho estar feito voltariam a pronunciar-se sobre o assunto. Por tal, não consideravam ser esta a altura oportuna para se pronunciarem. É uma atitude compreensível. Infelizmente retirou ao corpo editorial a possibilidade de apresentar neste número um pluralismo de opiniões que é sempre enriquecedor.

O corpo editorial

Ao Senhor Ministro da Educação

Posição da SPQ sobre as Linhas Orientadoras da Revisão Curricular Ministério da Educação, 2002

JOSÉ FERREIRA GOMES¹

A SOCIEDADE PORTUGUESA DE QUÍMICA, uma das maiores, mais antigas e mais activas sociedades científicas portuguesas, assumiu as suas responsabilidades perante os seus mais de 2200 associados e perante o País, participando na discussão pública das linhas orientadoras da revisão curricular propostas pelo Ministério da Educação (ME). Ouvindo os associados, a SPQ divulgou um Manifesto que foi aprovado em reunião da sua Divisão de Ensino e Divulgação e recebeu posteriormente o apoio de muitos professores que não puderam estar presentes na reunião. Concluído o pe-

ríodo de discussão pública formal, entende a SPQ dever apresentar-lhe o seu balanço desta discussão pública e as suas propostas de intervenção futura.

O Senhor Ministro assumiu uma posição de certa flexibilidade, mostrando-se inteligentemente aberto à melhoria da proposta com base nos contributos recebidos. Entendemos que a proposta é tecnicamente muito pobre, carece de qualquer enquadramento no trabalho que vinha sendo feito, é terrivelmente prejudicial para a formação científico-tecnológica dos nossos jovens, e baixaria ainda mais o nosso nível de produ-

tividade e competitividade. Por estas razões, não deixaremos de acompanhar o processo legislativo a nível do Governo e do Parlamento, manifestando a nossa total disponibilidade para contribuir para a melhoria da proposta. Registamos aqui os principais pontos de discordância.

1. No Curso de Ciências e Tecnologias deve exigir-se uma sólida formação científica, teórica e laboratorial, nas áreas-base do mundo tecnológico em que vivemos. A Química tem aqui um papel central pelas suas relações com as outras ciências e pelo volume de

¹ Presidente da Sociedade Portuguesa de Química.

emprego que gera na Europa: 1,7 milhões de postos de trabalho directos!

2. Não é tolerável que seja dado aos alunos um leque de opções que possa criar a falsa ideia de que se pode sobreviver numa área científico-tecnológica sem uma sólida e ampla formação inicial. Não nos esqueçamos que o nível e a amplitude da formação actual em Química é muito inferior, por exemplo, à Britânica. Enquanto estes se mostram preocupados e tomam medidas concretas para melhorar ainda mais a sua formação (Set for success, Sir Gareth Roberts' Review to the Treasury, Abril 2002) em Portugal alimentamos a ideia de que o estudo sério das disciplinas científicas é uma opção. Evitável! Opor-nos-emos por todos os meios a que a disciplina de Física e Química seja opcional no 10º e 11º anos.
3. A extinção das Técnicas Laboratoriais é outro erro grave que será combatido. Quando já estavam consolidadas, propõe-se a sua extinção desperdiçando toda a experiência acumulada pelos professores e o elevado investimento que foi feito em equipamentos. Dir-nos-á que a parte laboratorial será incluída na disciplina de Química ou de Física e Química. Foi induzido em erro por algum assessor sem experiência da vida nas nossas escolas. Todos os professores consultados concorrem para confirmar a falácia deste argumento. Sob a ameaça de uma avaliação que será mais baseada na parte teórica, sob a pressão de uma distribuição de tempo lectivo escasso, sob pressão de um custo ligeiramente superior da parte laboratorial, quer em esforço do professor quer em materiais consumíveis, a decisão será simples e quase universal: Os laboratórios serão convertidos em museu poeirento de um passado remoto.

4. Não matem a criatividade dos jovens! É no laboratório que a criatividade própria de um jovem e a sua fértil imaginação são alimentadas e postas em pleno. Os professores são unânimes no relato do entusiasmo e interesse que os estudantes têm pelas disciplinas laboratoriais. Não poderemos cingir-nos ao espartilho de uma aprendizagem formal numa disciplina, mas sem ela o aluno não dominará as técnicas básicas da experimentação científica tão importantes para os projectos a que seja solicitado e para a maioria das suas actividades profissionais futuras.

5. Que dizer das lacunas inconcebíveis nos Cursos Tecnológicos? O melhor que se poderá dizer é que terão sido pensados por alguém com pouco contacto com o que é um posto de trabalho tecnológico hoje e sem nenhuma ideia do que é a Química e o seu peso na criação de emprego. Que pensar da extinção do Curso Tecnológico de Química e Controlo Ambiental e da criação de outro curso Tecnológico com Ambiente mas sem Química? Quem se terá esquecido dos problemas ambientais que têm de ser monitorizados e resolvidos pela Química? A ignorância e o esquecimento poderão ser desculpados mas não deixaremos passar estes erros.

6 Não desloquemos a área de projecto para uma altura (o 12º ano) em que os alunos estão mais preocupados em otimizar a sua possibilidade de realizarem os seus sonhos de futuro do que dar largas à sua imaginação pisando terrenos inexplorados e sem compensação imediata evidente.

Ilustrámos acima de forma sintética alguns dos erros mais gritantes da proposta apresentada. Não compreendemos como foi possível divulgar uma proposta que ignora todo o trabalho de

avaliação e de integração que, sob a direcção de diversos governos, foi sendo acumulado e que aponta em direcções diferentes da proposta. Melhoremos a articulação a montante e a jusante (Ensino Básico e Superior) no sentido de tornar o ensino em Portugal mais coerente. Corrijamos alguns erros recentes que já mostravam algum desprezo pela componente científica e experimental da formação dos nossos jovens. Comparemos a nossa realidade e necessidades com aquelas dos nossos parceiros mais directos e vejamos as suas preocupações. Ir atrasado pode permitir evitar alguns erros alheios. Não sigamos o caminho cego copiando os erros de modas passadas sem ser capaz de ver as nossas carências mais gritantes. É a hora da qualidade! Criemos incentivos para a avaliação e a elevação do nível das aprendizagens. Evitemos a todo o custo destruir alguma coisa pequenina que funciona pelo prazer de ver o barco, ainda que pintado de novo, afundar-se com toda a tripulação.

Senhor Ministro, ainda que discordemos do essencial da sua proposta, concordamos com muitas das preocupações que vem expressando desde que tomou conta desta pasta governativa. Oferecemos a nossa disponibilidade para cooperar com o seu Ministério no sentido de melhorar o que temos. Temos a experiência do terreno escolar para evitar as medidas que coloquem o frágil sistema actual em maiores riscos. Reunimos saberes e experiências de todos os níveis do ensino e da profissão de Químico. Temos contactos internacionais com todos os países europeus, com as pessoas que pensam nestes problemas, que têm memória do que vai sendo feito e do que deve ser evitado. Estamos disponíveis!

Porto, 31/Jan/03